



## **CURSO DE PEDAGOGIA E A FORMAÇÃO PARA A PRÁTICA EDUCATIVA EM UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Caroline Leonhardt Romanowski- UFSM

Carla Beatriz Kunzler Hosda- UFSM

### **Resumo**

O presente artigo origina-se de uma pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia de uma universidade pública do Rio Grande do Sul. Tem por objetivo principal fazer uma discussão e análise a respeito da formação que o curso traz para a prática da educação inclusiva. Este parte de minhas vivências e inquietudes durante o processo de formação, e das discussões que aconteceram durante duas disciplinas do curso, que teriam o objetivo de introduzir a temática da educação inclusiva para o curso de Pedagogia. Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, o material para análise e posterior discussão é subjetivo. Iniciando a leitura, procurou-se fazer um levantamento dos caminhos históricos da Educação Especial e Educação Inclusiva, um levantamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia, analisando-o em relação ao que diz respeito sobre o perfil do profissional e seus objetivos. E buscou-se por meio do histórico da formação de professores e dos percursos do curso de Pedagogia, fazer uma investigação sobre o preparo ou não das acadêmicas deste curso para efetivarem uma prática pedagógica inclusiva durante o período de estágio curricular supervisionado.

**Palavras-chave:** Estágio curricular; Formação; Práticas Inclusivas.

### **Considerações Iniciais**

As inquietudes de onde surgiu este trabalho tiveram início ainda nos primeiros semestres do curso, onde foram cursadas as duas disciplinas do Departamento de Educação Especial, eram elas: “Educação Especial – Processos de Inclusão” e “Educação Especial: Fundamentos”, ambas com carga horária de trinta horas semanais. Foi vivenciado nestas os primeiros contatos com a temática da inclusão. Mas sempre se acreditou que a formação recebida durante o curso, a respeito de como trabalhar na perspectiva da educação inclusiva, era restrita para os desafios que ela representava para a escola.

Com isso, partindo de vivências e experiências, objetiva-se neste trabalho investigar o que as acadêmicas do curso de Pedagogia pensam e sentem em relação à formação para o trabalho pedagógico em uma perspectiva de educação inclusiva, e o que elas esperavam e sentiram em seu estágio em turmas que possuíam estudantes com necessidades educacionais especiais.

Surge este questionamento uma vez que a inclusão é lei, é um direito dos estudantes com necessidades educacionais especiais viver na diversidade e ter acesso aos conhecimentos pedagógicos. Contudo é dever do professor estar viabilizando um processo de inclusão de qualidade no sentido de haver uma efetiva aprendizagem do aluno.

Desta forma, esclarece-se que este trabalho não tem por objetivo fazer uma crítica ou discutir a respeito da inclusão, mas sim discutir sobre a necessidade de uma melhor formação dos pedagogos para a realidade já existente da inclusão nas escolas, para que esta realmente aconteça de forma efetiva e de qualidade.

### **Começando a caminhada**

Esta investigação foi dividida em três fases, conforme proposto por Minayo (2009), que decompõe a pesquisa qualitativa em três etapas: 1. fase exploratória; 2. trabalho de campo, 3. análise e tratamento do material empírico e documental.

Assim, nesta pesquisa ocorreu primeiramente um levantamento de campo, com um questionário dirigido às alunas do oitavo semestre do Curso de Pedagogia, para saber o número de acadêmicas deste curso que iriam estagiar em turmas com alunos incluídos. Após este primeiro levantamento de campo, foi então formulada e realizada uma entrevista com as duas acadêmicas que apontaram no questionário anterior que realizariam o estágio curricular supervisionado em uma turma com alunos incluídos.

Optou-se pela entrevista semiestruturada que, segundo Minayo (2009), combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. Pode ser feita verbalmente ou por escrito, mas tradicionalmente incluem a presença ou interação direta entre o pesquisador e os atores sociais e são complementadas por uma prática de observação participante.

Por se constituir em uma investigação da área das ciências humanas, foi utilizada uma abordagem qualitativa, a qual se caracteriza, como:

[...] não é uma mera classificação de opiniões dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador (MINAYO, 1996, p. 27).

Durante o período de graduação nas disciplinas já citadas, e também em outras disciplinas, quando era problematizado principalmente sobre metodologia, se discutia como

seria o estágio em uma turma com alunos incluídos. E partindo destas discussões, surgiu este trabalho de investigação.

### **A trajetória das pessoas com deficiências nas escolas**

Buscou-se reconstruir a trajetória histórica, cultural e social, tanto de exclusão como de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em nossas escolas.

A história nos remete a Antiga Grécia, onde se idolatrava o culto ao corpo, havendo como premissa “corpo são, mente sã”. Neste contexto histórico, as pessoas com algum tipo de deficiência eram abandonadas ou sacrificadas, pois eram consideradas improdutivas. Durante a Idade Média com o advento do Cristianismo e onde tudo era proveniente de uma força divina. Neste momento histórico, inicia-se o atendimento assistencial por instituições religiosas.

Na Idade Moderna, com o avanço das ciências e a valorização da razão, a deficiência é vista como doença, algo patológico, que precisa ser curado ou normalizado. Na Contemporaneidade com o passar do tempo buscou-se evidenciar a educação como proposta para integrar o indivíduo com deficiência na sociedade. A Política Nacional de Educação Especial (1994, p.18) define integração como: “[...] um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua integração nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade.”

Analisando a partir de alguns autores, as décadas de 80 e 90 revestem-se de um caráter mais flexível, considerando as possibilidades e potencialidades do indivíduo com deficiência. Muda-se a terminologia de “excepcional” – década de 70 – para “Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais”. Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), passa-se a utilizar o termo “pessoa com deficiência”.

Portanto, a educação inclusiva toma força nas discussões, e não mais a educação simplesmente integradora. A partir desta percepção, no Brasil iniciam as discussões e estudos para a inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular. Neste sentido, delineando as políticas e legislações que amparam esta educação inclusiva.

Pode-se dizer que a educação inclusiva teve seu início em 1948 com a Declaração dos Direitos Humanos e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, constituição esta que é conhecida como “Constituição Cidadã”.

Dentre outros, tem-se ainda a Convenção de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 e mais recentemente, em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Todos estes

documentos corroborando com a idéia da educação ser um direito de todos os “seres humanos” em mesmo nível de igualdade e responsabilidade.

Com o paradigma da inclusão, surgiu a necessidade de serem repensados os cursos de formação para professores – licenciaturas.

### **Formação no curso de Pedagogia da universidade em questão**

Para subsidiar a discussão entre os profissionais que o curso pretende formar, buscam-se os dados existentes no Projeto Político Pedagógico (PPP) do referido curso. Neste foi encontrado que o primeiro contato mais prolongado das acadêmicas com a escola acontece na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado tanto nos anos iniciais do ensino fundamental como na educação infantil.

Assim, volta-se para a análise do PPP do curso de Pedagogia Licenciatura Plena, o qual modificou seu currículo no primeiro semestre de 2007, sendo desta turma as estagiárias entrevistadas para esta pesquisa. Currículo este que surgiu em meio às discussões sobre inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas e nas salas de aula regulares.

Nosso objetivo ao procurar o PPP do curso é verificar o perfil do profissional que objetiva formar, e o que este PPP dispõe sobre inclusão e o trabalho pedagógico realizado com estudantes que possuem necessidades educacionais especiais.

Neste documento foram encontradas apenas algumas citações superficiais sobre as políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento, como por exemplo: dois objetivos específicos que citam:

- enfatizar a compreensão e valorização da diversidade;
- desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais; (PPP do curso, 2006).

Não foi encontrado no PPP nenhuma ênfase ou citação que indique a formação do futuro professor para atuar na perspectiva da Educação Inclusiva, no entanto existem na grade curricular duas disciplinas do Departamento de Educação Especial, as quais serão nosso foco neste momento.

Na ementa destas duas disciplinas buscam-se seus objetivos, para analisar de que forma é trabalhada a questão da inclusão. A busca não é de maneira nenhuma por fórmulas prontas, mas sim por orientações palpáveis para a realização deste trabalho pedagógico.

Começando pela análise da ementa da disciplina Educação Especial – Processos de Inclusão, a qual tem como objetivo que ao término da disciplina o aluno seja capaz de, ter conhecimentos básicos referentes à escola inclusiva e a sua organização. E a disciplina Educação Especial: Fundamentos, que possui como objetivo que ao término do semestre o aluno possa compreender os fundamentos da educação especial no mundo e no Brasil.

Questiona-se como se pode acreditar que estas duas disciplinas justifiquem e possam dar estrutura suficiente para a efetivação da prática educacional inclusiva na escola. É nesta perspectiva que se pode pensar, pois a educação inclusiva está acontecendo, os alunos estão nas escolas, e os professores, principalmente os “recém-saídos dos bancos acadêmicos”, necessitam ter conhecimento para trabalhar com esta realidade.

### **Formação de professores em debate**

Acredita-se que é preciso repensar a Formação de professores, pois formá-los é projetar para o futuro, uma vez que esses professores irão continuar formando estudantes que constituirão a sociedade de amanhã.

De acordo com Pereira (2000), a discussão sobre formação de professores, vem sendo feita e passou a ser destaque das principais conferências e seminários sobre educação no país, a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, quando estava em discussão, em âmbito nacional, a reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciaturas.

Atualmente, a formação de professores, no Brasil, vem ocorrendo de diversas maneiras, em tempos e espaços diferentes, seja através de cursos superiores, licenciaturas em geral, tais como o curso de Pedagogia, ou através de cursos de nível médio. Portanto, os espaços dos cursos de formação inicial de professores não são suficientes para que se adquiram todos os conhecimentos e saberes necessários para a docência.

Historicamente, o curso de Pedagogia, desde sua criação, no Brasil, através do Decreto-Lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, passou por diversas modificações quanto ao seu currículo, sendo alvo de muitos questionamentos e problematizações referentes aos seus objetivos, estrutura curricular e ao tipo de profissional que visava formar. Na atualidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Pedagogia (DCNP), através da ementa CNE/CP n.1 de 15 de maio de 2006, orientam que:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino

Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 2).

Desta forma, com as DCNP, institui-se a docência como parte da formação na Pedagogia, sendo um dos objetivos do curso, formar “prioritariamente” o professor da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. Deste modo, grande parte dos cursos de Pedagogia já vinha com uma trajetória histórica na formação de professores, com as diretrizes, há uma indicação de que o curso de Pedagogia deve privilegiar como eixo central a formação do professor da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Com o término das habilitações, ocorre uma ampliação do campo de atuação do pedagogo ao possibilitar-lhe o trabalho “em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006, p. 2).

Entretanto, o fato da docência ter sido colocada como parte da formação na Pedagogia, tem sido questionado e contestado por alguns pesquisadores, a exemplo de Libâneo e Pimenta (2006). De acordo com estes autores, a palavra Pedagogia, em sua origem epistemológica, é mais ampla que a docência. Então, limitar a Pedagogia à atividade docente implica em reduzir, ou até mesmo eliminar, seu caráter como campo teórico da educação. Mas como ainda a formação docente é vista como em primeiro lugar dentro dos cursos de Pedagogia, o estágio curricular se torna uma experiência muito importante para a formação dos futuros docentes.

Embora os cursos de formação de professores, historicamente, tenham apresentado componentes teóricos e práticos, as práticas educativas passam a ser entendidas, do ponto de vista da legislação, como um processo no decorrer da graduação, devendo-se obrigatoriamente completar uma carga horária de 400h, além da carga horária do estágio supervisionado.

A forma como o estágio é concebido e desenvolvido traduz as características do projeto pedagógico do curso, de seus objetivos, interesses e preocupações formativas e traz a marca do tempo histórico e das tendências pedagógicas adotadas pelo grupo de docentes formadores e das relações organizacionais do espaço acadêmico ao qual está vinculado. Traduz ainda a marca dos professores que o orientam, dos conceitos e das práticas por eles adotados (PIMENTA; LIMA, 2004, p.27).

O estágio curricular é uma etapa da formação acadêmico-profissional de professores que tem buscado aproximar o futuro professor ao campo de trabalho, de modo a contribuir

com a organização e implementação de atividades pedagógicas, bem como com a reflexão e a problematização da realidade escolar.

Neste contexto, é importante que se compreenda que as disciplinas curriculares da formação inicial, independente de serem metodologias ou não, devem possibilitar meios para que a aprendizagem da profissão docente possa ocorrer de maneira crítica e dialética. O estágio curricular constitui-se em um campo do conhecimento, sendo não somente prático, mas também teórico, na medida em que reflete-se sobre o que se faz e como se faz, buscando referências para tal.

### **Os caminhos do estágio: analisando as entrevistas**

De acordo com o PPP do curso, em 2010, ano em que se realizou esta pesquisa, a preparação para realização dos estágios está diretamente vinculada a quatro disciplinas constituintes do sétimo e do oitavo semestres.

O curso de Pedagogia da universidade estudada é organizado em oito eixos articuladores sendo que a Docência Reflexiva na Educação Básica compõe o oitavo eixo, tendo por objetivo desenvolver a atuação docente reflexiva no contexto escolar, através de uma proposta educativa compartilhada entre a Escola e a Universidade.

Na reestruturação da matriz curricular ocorrida no curso supracitado em 2004, foi incorporada uma disciplina integradora denominada Práticas Educativas (PED's). A disciplina perpassa todos os semestres do curso – do primeiro ao sétimo semestre, com o objetivo de proporcionar uma conversa entre os conhecimentos relativos a cada semestre com a realidade educacional. Nesta perspectiva, a partir do 3º semestre, se inicia a inserção das acadêmicas nos contextos educacionais escolares na educação infantil e anos iniciais, e através das PED's, o que acaba favorecendo o contato com as escolas da rede municipal e estadual de educação e antecipando a entrada das acadêmicas de Pedagogia no espaço escolar.

Na entrevista com a acadêmica AB, ficou explícito em sua fala a insegurança de trabalhar com a sua aluna incluída, e o seu despreparo no que se refere ao desenvolvimento das atividades realizadas em sala de aula. Segundo AB:

*[...] é bem complexo, eu não consigo dar conta dela e as vezes eu me esqueço que ela está ali, eu penso toda turma, dou atividade para ela e esqueço dela. Sabe, esqueço das diferenças dela, sabe, não exijo que ela faça à mesma coisa que os outros, mas a atividade eu penso a mesma coisa para ela. Tenho dificuldade de pensar em alguma coisa para ela e para os outros.*

Com esta fala, fica demonstrada a falta de formação sólida que atente para o paradigma da inclusão, pois segundo Martins (2008, p. 74) “com base neste paradigma, a escola começou a ser desafiada a mudar suas concepções, a rever seu papel, a recriar as suas práticas, reconhecendo e valorizando as diferenças [...]”. Se a escola está se modificando, como o curso de Pedagogia que forma professores para atuar nesta escola, não irá se modificar?

É primordial que o curso de formação inicial se reformule de acordo com as realidades existentes em sala de aula, e na sociedade. Se estamos vivendo tempos onde a educação é para todos em nível de igualdade, e as Leis vigentes são de inclusão de todas as diferenças nas salas de aula, o curso de formação inicial precisa atender a essas novas diretrizes. Segundo Freitas (2006 p. 93), “[...] o debate deste tema consiste na tentativa de discutir os entendimentos de uma inclusão que não seja feita em termos voluntários e semi-clandestinos, mas, pelo contrário, que se assuma como política social e educativa”. Mas que aconteça de forma clara e consciente, discutida, estudada e entendida, por todos e principalmente pelo professor.

Com isso, fica clara a importância de rever conceitos de formação de professores e reformulação de currículos.

Quando questionada a respeito de seu sentimento frente ao preparo ou não para atuar como professora de uma turma com alunos incluídos, a resposta é afirmativa em dizer que não se sentia preparada, pois o curso não dispunha de recursos para essa formação, como podemos observar: “[...] Não, acho que o curso prepara bem pouco, durante o curso eu não me preparei, não li nada fora disso [...]”, diante de tais considerações, no discurso observa-se que há, quanto à organização curricular, a falta de disciplinas que instrumentalizem as acadêmicas para um trabalho com qualidade na perspectiva da educação inclusiva.

Ao ser questionada: como você enquanto futura pedagoga acredita que poderia ser melhor trabalhada a questão da inclusão, no curso de Pedagogia, em relação ao trabalho a ser realizado com esses alunos com necessidades educacionais especiais? Obteve-se como resposta da entrevista semi-estruturada:

*Eu acho que talvez cadeiras da Educação Especial acho que não, talvez dentro das disciplinas de metodologia, lembrem dos alunos incluídos, eu acho que a cadeira de Educação Especial para agente ter um noção assim do que é o aluno especial, quais são as dificuldades que eles tem, quem são esses alunos, talvez na metodologia perceber como trabalhar com esses alunos, a questão de estratégia para trabalhar com esses alunos acho que dentro da metodologia.*



Neste sentido, é possível observar que, ao se referir as disciplinas de metodologia, demonstra o quanto deficitário o curso foi na formação para atender esta demanda.

O curso pode ter sido deficitário em não “lembrar” de introduzir em suas ementas e currículo a perspectiva da Educação Inclusiva, sendo que há um desconhecimento de quem são estes sujeitos e como poderia ocorrer a aprendizagem destes bem como a interação, da estagiária e do aluno.

Deste ponto em diante parte-se para uma análise da entrevista da segunda acadêmica do mesmo curso e semestre letivo, que expõe praticamente as mesmas dificuldades e temores a respeito da Educação Inclusiva. Mas com todas as dificuldades enfrentadas durante a prática pedagógica em sala de aula, no período de estágio, ainda assim acredita que a inclusão de forma efetiva e com qualidade pode ser uma realidade. Como corrobora a acadêmica CD, “[...] *é possível fazer um trabalho assim bem interessante que integre todos os alunos mas não é fácil precisa da Educadora Especial o tempo todo, até para a gente saber o que a criança tem evoluído e o que tem tido dificuldade*”.

Com isso fica evidente a necessidade da melhoria na formação dos Pedagogos para a prática na Educação Inclusiva. A acadêmica destaca também a importância do trabalho em conjunto da Pedagoga com a Educadora Especial para um trabalho de qualidade: “[...] *eu acho que o serviço de atendimento com a Educadora Especial é essencial não tem como não ter esse atendimento, tu trabalhar com a criança só com o curso de Pedagogia [...]*”.

E ressalta ainda a importância do trabalho da professora regente da turma e de sua experiência, como a troca de conhecimentos com a acadêmica em estágio, segundo a acadêmica CD,

*[...] quando eu entrei na turma eu até fiquei bem assustada porque são dezessete alunos e dos dezessete, cinco tem atendimento com a educadora especial, então me assustou bastante, porque eu não sabia o que fazer com eles, nem com os outros, porque eu teria que preparar um material que desse para utilizar com todos os dezessete alunos sem excluir nenhum, então não tinha nem um preparo, preparo zero, e quem me ajudou foi a professora regente que me auxiliou em muitas coisas me deu várias dicas para eu conseguir contornar essa situação.*

Fica claro nas falas da acadêmica, a necessidade de uma formação inicial consistente em todos os aspectos, teóricos e metodológicos, para que a prática reflexiva aconteça e um trabalho de qualidade seja realizado, tanto se referindo a Educação Inclusiva, como em todas as esferas da Educação. E para melhorar essa formação, a acadêmica CD aponta que já havia pensado em alternativas para o curso de Pedagogia como ela cita,

*Eu acho assim, já pensei também em fóruns durante a graduação, só que no início da graduação a gente não se dá conta de como é importante o que a gente aprende que cada coisa que a gente aprende é importante então se tu for fazer um fórum se*

*tu proporcionar uma DCG ou alguma coisa os alunos não vão se interessar então eu acredito que tenha que ser disciplinas nem que estenda o curso por mais um ano mas que sejam disciplinas obrigatórias, que o aluno saia com pelo menos uma noção geral assim, um entendimento geral, dessas diferentes dificuldades que a gente vai encontrar.*

Pode-se afirmar que é uma alternativa de mudança para o curso, uma mudança que demandaria um acréscimo na duração do mesmo, para um melhor atendimento e formação inicial, pensando na realidade existente nas escolas e na sociedade de hoje. Acredita-se ser indispensável pensar e rever a estrutura curricular do curso, para conseguir sempre caminhar em frente e lado a lado com a mudança e as exigências sociais da atualidade.

### **Considerações finais**

Almejou-se com este trabalho repensar o curso de Pedagogia de uma universidade pública do Rio Grande do Sul, de forma a promover a educação inclusiva de maneira que o profissional formado por este curso possa vir a contribuir para uma educação de qualidade nas escolas. Esta necessidade vem para que se possa pensar o profissional para a realidade existente, fora dos bancos acadêmicos, levando sempre em consideração as legislações e políticas existentes, para que sua formação seja atuante na sociedade e contribuinte e integrante da mesma.

Assim acredita-se ser um momento imprescindível de reflexão acerca da formação docente face aos desafios que convivemos na educação brasileira, pois a inclusão é lei e está acontecendo, na perspectiva da educação para todos. E o professor e acadêmicos de Pedagogia precisam estar preparados para fazer um trabalho de qualidade com todos os alunos.

Portanto, sempre procurando a qualificação do trabalho docente e o entendimento da Educação Inclusiva, este trabalho demonstrou o clamor por mudanças, e por uma formação mais concreta, e de acordo com a realidade da sociedade e escola que vem se propondo a ser inclusiva.

Demonstra-se com isso que não se pode deixar que o profissional lançado no mercado de trabalho já esteja defasado, pois não tem a instrumentalização necessária para o trabalho efetivo na realidade educacional.

Faz-se aqui um convite para refletir e investir na formação de professores, já que são eles que sistematizam ou procuram sistematizar o conhecimento. E assim possibilitar que a prática pedagógica seja reorganizada nas escolas e se efetive uma educação inclusiva de qualidade e um espaço de conhecimento em busca de alternativas que permitam o

desenvolvimento dos potenciais e a valorização das diferenças de todos aqueles que estiverem envolvidos no processo educativo.

### Referências

BRASIL, **Diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia**, resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)  
Acesso em: out. de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**, 1994. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em out. de 2010

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em out. de 2010

FREITAS, S. N. (Org.). **Diferentes contextos de educação especial/ inclusão social/ PROPESP – Programa de Apoio à pesquisa em Educação Especial**. Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 125 – 167.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 11-57.

MARTINS, R. A. L.; PIRES, J.; PIRES, L. N. G. (Org.). **Políticas e práticas educacionais inclusivas** . Natal: EDUFRN, 2008. p. 53-115.

MINAYO M.C.S.(org.) DESLANDES S.F., NETO O C.,GOMES,R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes1996.

\_\_\_\_\_, M. C. S.; (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** . 28. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2009.

PEREIRA, J. E. D. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

UFSM. Centro de Educação. **Projeto político-pedagógico do curso de Pedagogia licenciatura plena diurno**. Santa Maria, RS, 2006. Disponível em:  
<http://www.ufsm.br/prograd/cursos> . Acesso em: out. 2010.